

Advogados

NEGÓCIOS

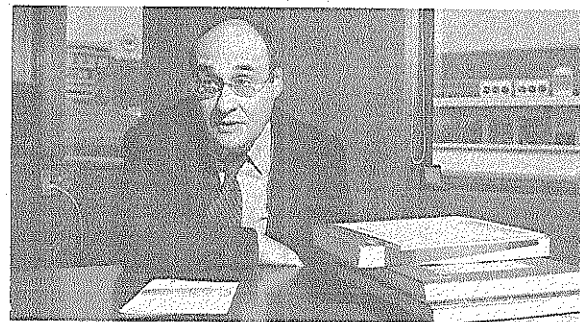
Abreu assessora negócio ibérico de telecomunicações

A Abreu Advogados assessorou a PayUp Holding no processo de aquisição, por parte da portuguesa Pay-up Holding do negócio de carregamento de telemóveis pré-pagos na Península Ibérica à First Data Ibérica. A operação, avaliada em 18 milhões de euros, envolve 24.500 pontos de venda na Península Ibérica, a grande maioria em Espanha.

FORMAÇÃO

António Vitorino e Abel Mateus no próximo LLM da Católica

A Universidade Católica Portuguesa organiza, no próximo dia 6 de Junho uma 'open class' para a apresentar os programas dos LLM (Advanced Master of Laws) do próximo ano académico. Uma das novidades é a integração de António Vitorino (na foto) e Abel Mateus no corpo docente desta formação avançada em Direito, leccionada em inglês.



ENTREVISTA Rui Amendoeira, sócio da Miranda Correia Amendoeira

"Galp pode não ter capacidade para o Brasil"

Bruno Proença
e Miguel Pacheco
mpacheco@economicasgps.com

Advogados de petrolíferas, a Miranda Correia Amendoeira tem no crude angolano um dos seus mercados preferidos. Em entrevista ao Diário Económico, realizada um dia antes de ser conhecido o relatório da Autoridade da Concorrência, o sócio Rui Amendoeira garante que "há um cartel por definição".

Petróleo a 130 dólares, subidas consecutivas no preço. O Governo devia intervir na formação de preços, manipulando a carga fiscal, minimizando o impacto?

Os países que passaram mais rapidamente o preço para os consumidores foram aqueles que melhor resistiram aos choques petrolíferos. A comparação com a Espanha é a única e verdadeira razão que poderia levar a uma baixa de preços. Por uma razão de concorrência. Mas é preciso perceber que os preços altos vieram para ficar. A própria história de que existe um cartel é uma grande conversa.

Porquê?

Porque o que há é um mercado que está cartelizado por definição.

No sentido em que a Galp importa, refina...

Importa, refina, distribui, armazena. Não é preciso cartel nenhum.

Devia haver maior acesso dos outros operadores à estrutura de distribuição e refinação?

Na perspectiva de criar maior transparência e de facilitar o acesso, sim. Por razões políticas, de estrutura de economia, por razões de transparência. Mas isso não terá efeito no preço.

Há formas de introduzir mais concorrência a curto

prazo com a Galp como refinadora e distribuidora?

A concorrência faz-se por duas vias. Uma é pelo número de empresas e aqui temos assistido a um desinteresse - veja-se o caso da Exxon - pelo mercado ibérico. A segunda forma é pela reestruturação dos custos, retirando o monopólio que a Galp detém e impondo um operador independente. Mesmo neste cenário seria difícil cobrar um serviço mais barato. Hoje, os concorrentes da Galp são a BP e a CEPISA. E qualquer um deles podia estar a vender mais barato.

E não o fazem porque...

Porque não têm meios de terem uma estrutura de custos inferiores. Nem a CEPISA, que tem refinarias aqui ao lado.

Se é tudo assim tão claro, porque é que a estrutura de preços é tão encoberta?

A Galp peca por falta de informação ao mercado, o que é comum neste mercado. A partir do momento em que 60% são impostos e 20% é para o produto petróleo, sobram 20% de custos mais ou menos opacos. A questão de fundo é que a margem das operadoras é relativamente pequena. Agora, vamos ver se as operadoras descem ou não os preços, agora que o barril está a corrigir.

A Galp tem crescido em bolsa à conta das novas descobertas no Brasil. A médio prazo, a Galp vai ter capacidade financeira para explorar o que precisa na Bacia de Santos?

Tenho dúvidas. Ninguém sabe, nem a Petrobrás, quanto vai custar produzir petróleo em ho-

rizontes geológicos que nunca foram testados. Ainda não há tecnologia para produzir nesses locais. Os custos da indústria petrolífera multiplicaram por quatro nos últimos quatro anos. Hoje, uma sonda para explorar petróleo custa 600 mil dólares por dia. Há três anos custava 150 mil.

Quando é que se espera que apareçam os primeiros resultados?

"Tenho dúvidas quanto à capacidade financeira da Galp investir no Brasil".

"E também não sei se há accionistas interessados em investir a longo prazo".

Ninguém sabe, mas todas as previsões apontam para que não haja 'first oil' na Bacia de Santos antes de dez anos. E não há outra indústria com capital tão intensivo. Vão ser dez anos a meter dinheiro e a Galp tem que financiar a sua parte -

10%. Claro que o retorno é muito atractivo, mas tenho

dúvidas quanto à capacidade financeira da Galp. Estamos a falar de valores astronómicos. E também não sei se há accionistas interessados em investirem a longo prazo. Há accionistas para quem o encaixe financeiro é um factor.

A Sonangol, como accionista por via da Amorim Energia, tem interesse em alimentar os investimentos no Brasil?

Talvez. Mesmo uma empresa como a Sonangol pensa duas vezes nestes projectos. Eles têm em Angola oportunidades enormes para desenvolver e incomparavelmente mais baratas que o Brasil.

Vejo mais facilmente uma empresa como a ENI, que precisa de ter acessos a reservas, directa ou indirectamente. Hoje em dia, os grandes 'players' mundiais não se podem dar ao luxo de não estar nos mercados que ainda estão abertos às companhias ocidentais.

Não vê em Angola um risco de nacionalização dos projectos a prazo, como aconteceu na Venezuela?

Não creio, mas nunca se sabe. A Venezuela faz aquilo que faz porque está convencida que tem os meios para substituir os ocidentais. Em Angola isso não acontece. A Sonangol está completamente dependente dos projectos e da capacidade técnica das companhias internacionais.

A Sonangol está interessada em ter mais do que participações pequenas nas empresas portuguesas como é o caso do BCP e de outras?

A Sonangol tem muito dinheiro. E tem que o aplicar, tendo posições relevantes em empresas cotadas, mas não tem capacidade nem interesse para gerir empresas em Portugal. Quer é colocar parte da sua liquidez e ter uma palavra a dizer.



Rui Amendoeira, sócio da Miranda

A APOSTA EM TIMOR-LESTE

"Timor é mercado difícil", diz Rui Amendoeira. "Com algumas certezas e muitas promessas por concretizar. Quando olhamos para a dicotomia entre países seguros e especulativos no petróleo, Timor está claramente nos países especulativos. É um mercado que, para nós, tem interesse, mas é um mercado pequeno e com muitas limitações".



TELECOMUNICAÇÕES

**Abreu auxilia
PayUp Holding
em aquisição**

A sociedade Abreu Advogados assessorou a PayUp Holding - negócio de carregamento de telemóveis pré-pagos - no processo de aquisição da parte portuguesa da firma detida pela First Data Ibérica. A equipa de advogados que acompanhou esta operação foi constituída por João de Freitas e Costa, Leonor Chastre, Paulo Cordeiro de Sousa e António Juzarte Rolo. A operação foi avaliada em cerca de 18 milhões de euros.